

VIANA, BULCÃO

*magistrado; min. STM 1926-1945; interv. BA 1945-1946; min. STM 1946.

João Vicente Bulcão Viana nasceu na Vila de São Francisco, no município de Santo Amaro (BA), em 15 de julho de 1878, filho de Francisco Vicente Viana e de Luísa Flora Bulcão Viana. Seu pai era magistrado e proprietário de engenhos de açúcar. Seu bisavô paterno, Francisco Vicente Viana, barão do Rio das Contas, foi o primeiro presidente da província da Bahia (1824-1825). Era neto também dos barões de São Francisco.

Estudou no Colégio São José e na Faculdade de Direito da Bahia, pela qual se formou em dezembro de 1900. Em seu estado natal, foi promotor público na comarca de Canavieiras e em seguida na comarca de Feira de Santana, antes de assumir, em 1908, as funções de juiz preparador do termo da Barra do Rio das Contas.

Nomeado em 1910 delegado de polícia do 12º Distrito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi posteriormente designado auditor auxiliar da Marinha e sucessivamente auditor efetivo e auditor-geral, permanecendo em suas funções até 1920. Em dezembro desse ano tornou-se o primeiro procurador-geral da Justiça Militar, cargo criado pelo presidente Epiácio Pessoa (1919-1922).

Em março de 1926 foi nomeado ministro do Supremo — depois Superior — Tribunal Militar (STM), após indicação unânime dos membros dessa corte, e tomou posse no mesmo mês. Em outubro de 1929 recebeu a patente de general de divisão, correspondente à sua posição de ministro do STM. Integrou, na condição de magistrado militar, a comissão que elaborou o anteprojeto do Código da Justiça Militar, convertido em lei em dezembro de 1938.

Após a desagregação do Estado Novo (1937-1945), afastou-se do STM para assumir, em novembro de 1945, o cargo de interventor federal na Bahia, em substituição ao general Renato Onofre Pinto Aleixo, com a incumbência de presidir, no estado, as eleições para a presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte. Em sua administração, criou o Quadro Suplementar dos Extraordinários, assegurando estabilidade aos servidores aos cinco anos de serviço, medida mais tarde incorporada à Constituição Federal; implementou a interiorização da rede de energia elétrica; criou um segundo juizado na comarca de Feira de Santana e instituiu a admissão por concurso no magistério estadual.

Deixou a interventoria em fevereiro de 1946, sendo substituído por Guilherme Marback. Retornou às suas funções no STM e foi aposentado como ministro em julho de 1946.

Foi também delegado de polícia no 24º Distrito do Rio de Janeiro e membro honorário da Assistência Judiciária Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de junho de 1947.

Era casado com Maria Luísa de Argolo Pires Viana, neta do visconde da Torre de Garcia Dávila, de tradicional família baiana.

FONTES: BARBOSA, R. *História*; CORRESP. GOV. EST. BA; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; MELO, A. *Cartilha*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque* (1944); POPPINO, R. *Federal*.